

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS
DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, DE OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA E
DE AGENTE DE INTELIGÊNCIA
EDITAL Nº 2 – ABIN, DE 5 DE JANEIRO DE 2018**

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, em razão de erro material, torna pública a **retificação** dos conhecimentos específicos para o Cargo 1: Oficial de Inteligência – Área 1, divulgados por meio do subitem **21.2.3.1** e para o Cargo 2: Oficial Técnico de Inteligência – Áreas 2 e 4, constantes dos subitens **21.2.4.2** e **21.2.4.4**, respectivamente, do Edital nº 1 – ABIN, de 2 de janeiro de 2018, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens.

[...]

21.2.3.1 ÁREA 1

[...]

GEOGRAFIA MUNDIAL: [...] **13 Matrizes energéticas: Repercussões na geopolítica internacional.**

[...]

POLÍTICA E SEGURANÇA: [...] **16.3 Decreto Legislativo nº 373, de 2013 (Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional).** [...]

DIREITO PENAL: [...] 5.2 Lei nº 12.850/2013 (Crime organizado). [...]

21.2.4.2 ÁREA 2

[...]

DIREITO ADMINISTRATIVO: [...] 11.1.2 Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 424/2016 e suas alterações. [...]

DIREITO PENAL: [...] **11 Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei nº 11.343/2006). 12 Crime organizado (Lei nº 12.850/2013). 13 Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998). 14 Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). 15 Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). 16 Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). 17 Crimes de Terrorismo (Lei n. 13.260/2016). 18 Crimes contra a segurança nacional (Lei n.º 7.170/83). 19 Crimes relativos à licitação (Lei nº 8.666/1993 e alterações).**

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 2 Fontes. 3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 4 Sistemas de processo penal. 5 Inquérito policial. 5.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. 5.2 Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446/2002; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. 5.3 Investigação penal pelo Ministério Público. 5.3.1 Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. 6 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. 7 Provas. 7.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 7.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 7.3 Valoração. 7.4 Ônus da prova. 7.5 Provas ilícitas. 7.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 7.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. 8 Prisão. 8.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 8.2 Prisão em flagrante. 8.3 Prisão temporária. 8.4 Prisão preventiva. 8.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 8.6 Fiança. 9 Quebra

e transferência de sigilo. 9.1 Lei Complementar nº 105/2001 (sigilo das operações financeiras). 10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 11 Disposições doutrinárias aplicáveis.

[...]

21.2.4.4 ÁREA 4

[...] **9 Avaliação do processo de ensino. 10 Habilidades e competências. 11 Projetos Pedagógicos. 12 Tecnologia da educação. 13 Educação a distância. 14 Estatísticas educacionais. 15 Educação corporativa.**

[...]

MARIA INEZ CARNEIRO DE SOUZA
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL